

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

JUNG (C. G.) e KERÉNYI (C.). — *Introduction to a science of Mythology. The Myth of the divine child and the Mysteries of Eleusis.* London, Routledge & Kegan Paul, 289 págs..

No que toca a este livro, devo adiantar ao leitor que não se destina a responder às perguntas sem conta que se fazem acerca de minúcias mitológicas. Os seus autores — ambos conhecidos e acatados especialistas no assunto —, pouco ou nada se preocupam com esses pequeninos incidentes pelos quais tanto se interessam os maniacos. É este um trabalho que se recomenda pela sagacidade e fina observação dos que o compuzeram e, mais que tudo, pelas muitas reflexões imprevisíveis que desperta no cérebro do estudioso.

O que nós conhecemos por mitologia não passa de uma caricatura da realidade. Os poetas clássicos, pretextando reavivar a essência da cultura antiga, legaram-nos uma visão inteiramente deformada da mesma. Os deuses do Olimpo que desabara à vista da avalanche medieval, submetidos a uma terapêutica milagrosa, renasceram dos escombros, ainda pálidos e disformes, alquebrados com o peso fatídico dos sistemas derribados. E à feição de fantasmas sem sentido, como aquele frade de quatrocentos anos de que fala a lenda, recomeçaram a caminhada pelo mundo. Mas já, então, despojados de conteúdo, ídolos incapazes de acordar emoções sublimes no coração dos crentes.

Os estudos começados no tempo dos românticos e desde então amorosamente continuados, revelam aspectos completamente inéditos neste setor. Propendemos a crêr que não vale a pena enumerar os nomes das divindades e as peripécias sem número que constituem a sua vida. A mitologia, afirma Kerényi, não deve ser confundida com a biografia dos deuses. Estes só a interessam como pontos de referência, a partir dos quais e para os quais evoluem todos os fenômenos.

Malinowski distingue no mito o caráter simbólico e o caráter etiológico. Primeiro que tudo o mito sintetiza uma realidade acontecida, que nenhuma outra linguagem senão esta seria capaz de exprimir. O mito não se refere a coisas vagas e aéreas, mas antes, pelo contrário, a verdades primordiais. Por isso mesmo não se contenta com o seu papel de narrativa e explica, fundamentando no passado, os feitos futuros dos homens. Mito é alguma coisa que, além de ter sentido, dá sentido. Tem sentido porque traduz na sua linguagem própria e misteriosa, ainda quando incompreensível, ocorrências verídicas e inegáveis. Dá sentido porque remonta às raízes, às fontes, às origens às quais nos prende um quase fatalismo.

A despeito de toda a ciência, vivemos perseguidos por mitos. O mundo moderno não conseguiu bani-los de sua convivência. Jung declara que os "arquetipos aparecem nos mitos e nos contos de fadas da mesma forma que nos sonhos e nos produtos da fantasia psicopática". É da seguinte maneira que o ilustre professor classifica os produtos da imaginação inconciente: a) — fantasias (inclusive sonhos) de caráter pessoal, que remontam a experiências pes-

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

soais, coisas esquecidas ou recalçadas e que podem, portanto, ser explicadas completamente por uma anamnésia individual; b) — fantasias (inclusive sonhos) de caráter impessoal, que não se deixam reduzir a experiências do passado do indivíduo e, portanto, não podem ser explicadas como alguma coisa de individual. A isto o afamado psiquiatra chama o "inconciente coletivo". E o que acaba de ser dito não só diz respeito àquelas modalidades de expressão acima mencionadas como também a toda produção poética.

O excelente livro que Jung e Kerényi escreveram de parceria não se limita, evidentemente, a dar uma introdução geral à mitologia. Trata, igualmente, de dois mitos fundamentais: o mito da criança divina e o de Kore, símbolo feminino. Quantas sugestões de uma atualidade tremenda!

Em suma, pode-se dizer que é uma obra dessas que jamais envelhecem e que será sempre lida com gosto e proveito.

JOHANNES HECHT

---

FRIEDEL (Egon). — *Das Altertum war nicht antik*. Georg Prachner Verlag. Viena. 1950. 182 pp.

Friedell é um esgrimista de estilo. Cintilante, envolvente e, por isso mesmo, perigoso. Suas conclusões sempre engenhosas, nem sempre são verdadeiras, nem sempre correspondem à realidade profunda das coisas. Por exemplo: num belo jogo de palavras Friedell nega, ou melhor exclui o classicismo do panorama da vida. Não existe para ele a arte clássica, muito menos a possibilidade de um padrão clássico de vida. Há forçosamente nisso um paradoxo. Não só existiu a arte grega, clássica no seu objetivo de equilíbrio de forças, como também o Cristianismo é um exemplo de classicismo, na medida em que exige um perfeito equilíbrio de forças para a vida. Cada cristão há de ser um perfeito exemplo de medida, tanto na vida física como na vida moral. O primeiro dever do cristão é zelar pela conservação do corpo, tanto quanto vigiar a unidade de suas forças morais. A vida é em última essência clássica. Porque exige um equilíbrio de forças para obtenção de um equilíbrio perfeito. Essa é a realidade em sua última essência. Se é ou não praticada pelos indivíduos, se foi ou não praticada pelas civilizações, se as culturas corresponderam ou não ao ideal clássico, é um outro capítulo e aí não há mãos a medir.

Prevalece contudo, uma utilidade, uma grande utilidade na leitura de Friedell: ele põe diante de nossos olhos, de um modo surpreendente, certas realidades profundamente simbólicas, que nos compêndios e obras gerais nos passam despercebidos. E só isso paga a pena de lê-lo.

PEDRO DE ALMEIDA MOURA

---

FRIEDEL (Egon). — *Kulturgeschichte Griechenlands*. Phaidon Verlag. Zurique. 1949. 339 pp.

De acordo com o próprio autor a doença incurável do homem é a sua tendência de fazer crítica, a imperiosa necessidade de interpretar, de idealizar ou deformar não só os acontecimentos do passado e os fatos do presente, como ainda as promessas do futuro. Ora, a obra de Friedell é uma das consequências dessa incurável moléstia. Sendo a história uma "constante reinterpretação do passado" aqui temos uma reinterpretação do passado helênico.

Concordando ou discordando dos pontos de vista de Friedell, temos que reconhecer o seu talento e admirar com que extraordinária perícia sabe escolher os ângulos de onde focalizar a paisagem cultural da Grécia segundo a

perspectiva desejada. E verdade é, que sob o mágico poder expressivo de uma linguagem nitscheana ressurgiu para nós, em poucos mas nitidos contornos o berço luminoso de nossa civilização. Renasce, em toda sua fascinante poligromia, a força criadora do gênio grego, aquele extremo individualismo que tornou possível a mais fantástica e a mais vertiginosa evolução cultural de todos os tempos. Revivemos o "milagre grego".

Traço dominante do livro é a ironia sutil do "esprit", o brilho da forma, a sobrepujar em toda linha a "Grüendlichkeit", a preocupação perene de profundidade de conteúdo. Daí a graça e a elegância do estilo, a concisão aforística dos breves capítulos, o fino senso de humor das observações. Mas daí também uma certa superficialidade do todo empanando a visão profunda que se descortina das pequenas e singelas frases perdidas em meio de cintilantes parágrafos.

Friedell não nos deu um livro de fôlego para obra de consulta. Deu-nos, entretanto, para uma leitura sugestiva e repousante, as considerações filosóficas e artísticas, as reminiscências poéticas, enfim, as interessantíssimas impressões de viagem de um europeu do século XX em visita aos domínios culturais e históricos da Grécia antiga.

"A medida que mergulhamos no passado, descobrimos novas possibilidades do nosso 'eu', alargamos os limites da nossa compreensão fazendo novas e bem que subjetivas experiências. Nisso reside o valor e a finalidade da pesquisa e da indagação histórica." Aí está, pelo próprio Friedell, a razão de ser de sua obra.

SYLVIA BARBOZA FERRAZ DIRICKSON

NAIA (Alexandre Gaspar da). — **D. João II e Cristóbal Colón, fatores complementares na consecução de um mesmo objetivo.** Lisboa, 1951, brochura de 124 páginas.

Depois das exaustivas e escrupulosas pesquisas realizadas por Henry Harri-  
risse(1) e Henry Vignaud(2) sobre a origem de Colombo, a data e local do seu nascimento, a sua concepção geográfica e as suas viagens ao Novo Mundo, era de esperar o desaparecimento da mania de dizer que o "Almirante do Mar Oceano" não nasceu em Gênova, não era italiano, mormente em Portugal onde o professor Duarte Leite(3) com invejável argumentação pulverizou os pretensos fundamentos com que três historiadores(4) pretendiam sustentar ser Colombo um autêntico filho da gloriosa Lusitânia. No entanto isso não aconteceu porque o Autor da monografia que ora apreciamos, pretende provar que o verdadeiro descobridor da América era português.

Todos nós sabemos que Cristóvão Colombo tinha na Espanha o nome de Cristóbal Colón. Pois para o Autor, Cristóvão Colombo, filho de Domênico Colombo e Suzana Fontanarossa, nascido em Gênova entre 26 de agosto e 31 de outubro de 1491, é um personagem sem relevo, um mero tecelão, que nada tem que ver com Cristóbal Colón, infante de Portugal que em 1492 redescobriu o Novo Mundo, pois que anteriormente a essa data, em companhia do cosmógrafo mestre José Vizinho, visitou terras da América.

Diz o Autor que uma neta de João Gonçalves Zarco, capitão donatário do Funchal, teve relações amorosas com o infante D. Fernando, filho do rei D. Duarte e irmão do rei D. Afonso V, de que resultou ficar grávida. Os

(1). — "Christophe Colomb, son origine, sa vie, ses voyages, sa famille et ses descendants". Paris, 1884.

(2). — "Études critiques sur la vie de Colomb avant ses découvertes". Paris, 1905.

(3). — "Coisas de várias histórias". Lisboa, 1941.

(4). — Patrocínio Ribeiro em 1921, G. L. Santos Ferreira em 1927 e Manuel Pestana Junior em 1928.

pais uma vez sabedores disso, trataram de abafar o escândalo, enviando a moça para Gênova onde deu à luz um menino que passou a chamar-se Salvador Gonçalves Zarco. Mais tarde, para esconder a sua verdadeira personalidade e a grave falta de sua mãe, passou a adotar o nome de Cristóbal Colón. Disfarçado com este nome, Salvador Gonçalves Zarco passou a ser um valioso instrumento de D. João II na política portuguesa de expansão ultramarina. Em resumo, é o que diz a tese do Sr. Alexandre Gaspar da Naia.

O Autor não cita, porém, um único documento comprobatório das suas arriscadas asserções, mas apenas recorre a uma série de extravagantes conjecturas, boa parte delas simples repetição do que escreveram os citados historiadores portugueses cujos trabalhos, como já referimos, sofreram demolidora crítica do professor Duarte Leite.

Diante do exposto, qualificamos a tese do Autor como material de pura propaganda nacionalista, destituída de qualquer valor crítico.

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA

MACEDO (Jorge de). — **A situação econômica no tempo de Pombal. Alguns aspectos.** Pôrto. 1951. 311 pp. in 8.º. 144x90.

Integrado na coleção **Estudos e Documentos para a História** saiu agora o primeiro volume **A situação econômica no tempo de Pombal — Alguns aspectos**, de autoria de Jorge de Macedo. Esta coleção, a atentar aos títulos e autores dos vários trabalhos anunciados, pretende renovar os métodos da historiografia atual portuguesa e seguir aqueles que os **Annales de March Bloch** difundiram por França. Em Portugal podemos considerar como introdutor de forma sistemática e efetiva desses métodos e orientações Vitorino Magalhães Godinho.

**A) Obra.**

Jorge de Macedo repartiu o seu estudo nos seguintes capítulos:

**I Capítulo — O Marquês de Pombal e os historiadores**, onde coloca a questão no justo pé, pois em Portugal a figura de Sebastião José de Melo tem sido analisada à luz de critérios eminentemente políticos e religiosos. Assim, é — se a favor de Pombal e, conseqüentemente, anti-jesuita; e vice-versa. Depois de fazer uma análise à historiografia pombalina, Jorge de Macedo critica nestes termos Lúcio de Azevedo, até agora o nosso mais imparcial historiador econômico da época: "O trabalho de Lúcio de Azevedo sobre Pombal — **O Marquês de Pombal e a sua época** — sob muitos pontos, aliás, um excelente trabalho e em qualquer caso o mais expressivo, é revelador desta maneira de pôr o problema da época pombalina (forma personalista de Governo): "Ardente inovador"... "Quis despertar a sua nação para a vida nova..." etc. etc. O autor do presente trabalho procura situar a questão dentro dos moldes seguintes: reconhecer o meio de Pombal, a sua época, os seus problemas, as suas dificuldades e necessidades, o campo, as possibilidades e condições de ação dentro das quais se movem (pág. 30).

**II Capítulo — A Primeira fase da Governação — O Estado** — Analisa o processo usado para levar à centralização nas suas mãos do Estado, dizendo que Pombal não foi renovador, utilizando os organismos e métodos tradicionais da monarquia portuguesa. "Reorganização em Pombal quer dizer simplesmente reforço da organização existente" (pg. 38). Não teve a sua orientação uma linha firme, seguindo aquela que as circunstâncias aconselhavam.

Há duas fases na legislação relativa ao Estado: 1.º — que culmina em 1761 com a criação do Real Erário e é de natureza fiscal e judicial (legislação sobre juros de empréstimo, lei da "Boa razão", "prisão fácil", criação da Intendência Geral da Polícia de Lisboa, cobrança de impostos, alfândega, ouro do Brasil, formação de uma burocracia, etc.); 2.º — Depois daquela data toma feição militar (pg. 49), o que acarreta problemas de ordem econômica.

III Capítulo — **Os monopólios econômicos** — Após referir a má situação financeira do Estado, que leva à crise, o A. detém-se na análise dos grandes grupos privilegiados que criam as companhias (Companhia do Comércio da Ásia, 1753; do Grão Pará e Maranhão, 1755; da Pesca da Baleia, 1756; dos Vinhos do Alto Douro, 1759) e outros grupos financeiros, residindo a estrutura econômica da administração pombalina no monopólio e no sistema de impostos. Jorge de Macedo recorre a gazetas e outras fontes de informação para nos dar curiosos quadros, como o da importação, por Lisboa, em 1764 (pg. 110) ou o dos navios entrados naquele porto entre 1751-1775 (pg. 114).

IV Capítulo — **A Crise** — Inicia-se entre 1759-1761 e caracteriza-se pela crise dos fundos para o Estado, crise de produção e crise do comércio.

Ligando-se a nossa economia ao comércio mercantilista colonial, assim que houve uma crise dos produtos coloniais compensadores do déficit metropolitano, logo a mesma se refletiu no resto do país, tendo o seu ponto culminante na época de 1768-1771, embora se estenda desde 1762 a 1779 (pg. 165). Afirma o A. que a legislação pombalina também neste campo não foi planificada, como Lúcio de Azevedo quis ver in **Relações dos Gravames do comércio e dos vassallos de Portugal em Inglaterra**. Foi antes uma legislação de emergência com o objetivo protecionista. Analisa depois (pg. 169) a crise da mineração que foi acompanhada e precedida da grande crise do açúcar e a do escravo (pg. 173).

V Capítulo — **O fomento industrial** — Depois de haver dado uma breve vista panorâmica, de referir várias notas sobre o aumento demográfico verificado no século XVIII e da situação das nossas comunicações na mesma época, o A. diz que a indústria portuguesa (pg. 208), alheia à Revolução Industrial, assentava na oficina e a energia utilizada era a humana, a animal e a da água.

O fomento industrial de Pombal, que não veio a erguer-se sobre o nada, pois já anteriormente se havia feito alguma coisa, caracterizou a 3.<sup>a</sup> fase do Governo pombalino. Esse fomento começou em 1769 com a publicação do alvará de 4-9-1769 que tenta reconstituir, parcialmente, o Regulamento dos lanifícios de 1690 (pg. 254-255), e não se pode considerar um fomento em larga escala, pois há uma falha de sistematização. Havia subsídios às manufaturas e oficinas novas dados pela Real Junta do Comércio e uma quarta parte das fábricas era propriedade do Rei (pg. 257).

No final apresenta uma série de valiosos documentos, tais como: a) Relação dos acionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro consoante o código 673, fols. 259 da Bibl. Ger. da Univ.; b) Gêneros que as tripulações que navegavam para o Ultramar podiam levar; c) Teares espalhados por Lisboa e ligados à fábrica de Sedas, indicando-se o respectivo proprietário; d) Alvarás de "Fábricas" concedidos pela Junta do Comércio; e) Relação das Saboarias que estavam incorporadas na Real Corôa; f) Sabão distribuído em Portugal; g) Gráfico desdobrável contendo a lista das fábricas instaladas com a participação da Junta do Comércio até à reforma de D. Maria I, indicando-se a data da criação, o ramo da atividade, lugar e proprietário das mesmas; h) movimento do mercado do tabaco; i) Descrição das oficinas da pólvora de Barquerena e Alcântara, conforme código 606 do Fundo Geral da Bib. Nacional de Lisboa; j) Gráfico da evolução da amoedação de ouro de 1752-1786, de acôrdo com os números fornecidos por Teixeira de Aragão, in **Descrição Geral das Moedas Portuguesas**, 2.<sup>o</sup> vol., pg. 420-421.

#### B) Crítica.

A obra em discussão foi melhor pensada e esquematizada do que escrita e desenvolvida. O A., a par de expressões um tanto confusas (exemplos: pgs. 121, 153, 208, 243) também não é claro a expôr muito do seu arguto raciocínio. Como dos melhores capítulos note-se o relativo ao fomento industrial.

Evidentemente que se poderiam notar falhas (a falta de gráficos sobre a evolução de preços, níveis de vida, etc.) e muitas das afirmações têm caráter

polêmico (a questão dos jesuítas, a vinda de estrangeiros, etc.), mas temos de reconhecer que a obra de Jorge de Macedo marca um ponto notável na historiografia portuguesa e será indispensável na historiografia pombalina.

JORGE PEIXOTO

"O PROGRESSO — Revista social, literária e científica." Reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira. Prefácio do Prof. Amaro Quintas. Imprensa Oficial, Recife, 1950-xxvi-920 pp.

O Sr. Prof. Amaro Quintas, que já publicou excelentes estudos sobre a Revolução Praieira, reeditou, em 1950, com o apoio do governo do Estado de Pernambuco, a revista que Antônio Pedro de Figueiredo, o chamado **Cousin Fusco** fundara no Recife em julho de 1848. Nesta rápida nota não pretendemos examinar toda a riqueza do material que se contém na publicação que, em boa hora, o Estado de Pernambuco patrocinou. O que desejamos, por ora, é simplesmente assinalar, para os estudiosos da história das idéias no Brasil, a importância deste texto que, entre outros fatos, aponta alguns dos marcos relativos ao aparecimento de certas idéias e tendências na nossa história e, ao mesmo tempo, ressaltar e louvar a contribuição que nos ofereceu o Sr. Prof. Amaro Quintas.

Já em **Nordeste** e em **Um Engenheiro Francês no Brasil**, Gilberto Freyre chamou a atenção dos estudiosos para a figura curiosa desse pensador mulato que "decerto não foi menos significativo, como revolucionário intelectual do meio escravocrata do Nordeste e como crítico da organização patriarcal então predominante, do que outros mulatos mais festejados: Natividade Saldanha, nos princípios do século XIX, Tobias Barreto nos fins". (Gilberto Freyre, **Nordeste**, p. 51, apud. pref. de Amaro Quintas, in **O Progresso**, p. II). Antônio Pedro de Figueiredo traduziu, por volta de 1843, o "**Cours d'Histoire de la Philosophie**", de Victor Cousin e, daí lhe veio a alcunha de **Cousin Fusco** que lhe deram os seus muitos detratores. Mas não se limitou apenas às traduções. Quis, com alguns outros pernambucanos que teriam sofrido, provavelmente, a influência de L. L. Vauthier, fundar uma revista "social, literária e científica" que, longe das intrigalhas políticas próprias às gazetas do tempo, fôsse uma revista de idéias... "Convencido da inanição da política acanhada e rancorosa dos partidos, e também de que só no estudo das questões sociais é que devemos procurar as condições do nosso desenvolvimento; vendo, pela experiência dos fatos consumados, quão grave erro cometemos todos os dias ao copiar servilmente a Europa, em vez de procurarmos o processo, com que devemos aplicar ao nosso país os dados das ciências sociais, queremos lançar, no meio da incoerência atual, segundo nos permitirem as nossas forças, alguns princípios exatos, e os germens de um futuro generoso." (apud Pref., p. XVII). Tal era o objetivo da revista que viveu de julho a setembro de 1848. Apesar da sua curta duração, as páginas de **O Progresso** encerram, no entanto, documentos importantes e curiosos para a compreensão de certos aspectos da nossa história do século XIX.

CRUZ COSTA